

A GEOGRAFIA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 NA PARAÍBA: PRESCRIÇÕES DIDÁTICAS A PARTIR DA *REVISTA DO ENSINO*

SCHOOL GEOGRAPHY IN THE 1930'S IN PARAÍBA:
TEACHING PRESCRIPTIONS FROM THE *REVISTA DO ENSINO*

ESCUELA DE GEOGRAFÍA EN LA DÉCADA DE 1930 EN PARAÍBA:
PRESCRIPCIONES DIDÁCTICAS DE LA *REVISTA DO ENSINO*

Angélica Mara de Lima Dias¹
Maria Adailza Martins de Albuquerque²

RESUMO: A *Revista do Ensino* foi um órgão oficial da imprensa educacional do estado da Paraíba que circulou durante os anos de 1932 a 1942, compreendendo um período marcado pelo movimento de renovação educacional (inspirado nas ideias da Escola Nova) e de uma política nacionalista empreendida pelo governo de Getúlio Vargas. Neste trabalho, temos por objetivo analisar a disciplina de Geografia no período em tela, a partir das prescrições contidas nos Programas de Ensino Primário nos anos de 1932 e 1936, publicados na *Revista do Ensino*. Como procedimento metodológico, nos debruçamos na catalogação, análise e sistematização dos exemplares da *Revista do Ensino* (PB) e, mais especificamente, dos dois Programas de Geografia para o Ensino Primário publicados nos anos de 1932 e 1936. Como resultados, nossa pesquisa mostra quão os impressos pedagógicos são férteis na compreensão do contexto educacional em que estão inseridos, constituindo-se fontes privilegiadas para a compreensão da Geografia escolar.

Palavras-chave: Revistas Pedagógicas. Escola Nova. Geografia.

ABSTRACT: The *Revista do Ensino* was an official organ of the educational press of the state of Paraíba that it published during the years 1932 to 1942, comprising a period marked by the educational renewal movement (inspired by the ideas of Escola Nova) and a nationalist

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba/ Campus III. Líder do Laboratório de Estudos sobre Geografia Escolar (LABORGEO/UEPB). Integrante do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade (GPCES/UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5568-5401>. E-mail: angelicadias@servidor.uepb.edu.br.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. Líder do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade (GPCES/UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2914-7108>. E-mail: dadaufpb@hotmail.com.

Artigo recebido em setembro de 2021 e aceito para publicação em março de 2022.

policy undertaken by the government of Getúlio Vargas. In this paper, we aim to analyze the discipline Geography in the period in question from the prescriptions contained in the Primary Education Programs in the years 1932 and 1936, published in the *Revista do Ensino*. As a methodological procedure, we focus on cataloging, analyzing and systematizing the copies of *Revista do Ensino* (PB) and, more specifically, the two Geography Programs for Primary Education published in the years 1932 and 1936. As a result, our research shows how the pedagogical forms are fertile in the understanding of the educational context in which they are inserted, constituting privileged sources for the understanding of school geography.

Keywords: Pedagogical magazines. Escola Nova. Geography.

RESUMEN: La *Revista do Ensino* fue un órgano oficial de la prensa educativa del estado de Paraíba que circuló durante los años 1932 a 1942, que comprende un período marcado por el movimiento de renovación educativa (inspirado en las ideas de la Escola Nova) y una política nacionalista emprendida por el gobierno de Getúlio Vargas. En este artículo se pretende analizar la disciplina de la Geografía en el período en estudio a partir de las prescripciones contenidas en los Programas de Educación Primaria en los años 1932 y 1936, publicados en la *Revista do Ensino*. Como procedimiento metodológico, nos centramos en catalogar, analizar y sistematizar los ejemplares de la *Revista do Ensino* (PB) y, más concretamente, los dos Programas de Geografía para Educación Primaria publicados en los años 1932 y 1936. Como resultado, nuestra investigación muestra cómo las formas pedagógicas son fértiles en la comprensión del contexto educativo en el que se insertan, constituyendo fuentes privilegiadas para la comprensión de la geografía escolar.

Palabras clave: Revistas pedagógicas. Escola Nova. Geografia.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A década de 1930 no Brasil, marca uma etapa importante para a definição dos rumos do desenvolvimento econômico do Brasil, trazendo para a educação “reflexos da ordem política econômica e social do país” (FREIRE, 2016, p. 24). Em consonância com a modernização da educação em âmbito nacional, o estado da Paraíba também empreende projetos educacionais, como a criação de uma revista pedagógica destinada a orientar os professores primários. A *Revista do Ensino* da Paraíba circulou entre os anos de 1932 a 1942, compreendendo um período quando o Brasil foi marcado por um movimento de renovação educacional, inspirado nos ideais da Escola Nova e, por uma política nacionalista que teve a frente do governo federal o presidente Getúlio Vargas.

A modernização brasileira na Era Vargas estava imbuída de ideais nacionalistas, defendendo a educação moral e cívica, e na dimensão cívico-nacionalista da escolarização, destacamos a Geografia escolar como disciplina primordial no processo de criação de um sentimento nacional. Desta forma, entendemos que, para modernizar o país, o governo

Vargas entendia que a educação era uma das bases para a transformação e a escola, o espaço para a formação de uma sociedade que deveria se adaptar ao novo modelo de produção capitalista, centrado na industrialização e urbanização. Nesse sentido, a disciplina Geografia tinha importante papel na formação da identidade nacional, na busca da construção de um país moderno, industrial e urbano.

Os conflitos entre os vários grupos dominantes sobre estas questões ficaram evidentes em projetos de reformas para educação no país. Vivia-se neste contexto um clima de entusiasmo pela educação, no qual também contagiou o estado da Paraíba, que adotou reformas educacionais objetivando difundir aquelas propostas pedagógicas já em vigor nos estados mais desenvolvidos economicamente, influenciando nas práticas e nas metodologias das diversas disciplinas escolares.

Partindo dessa perspectiva, temos como objetivo analisar a disciplina de Geografia no período em tela a partir das prescrições contidas nos Programas de Ensino Primário nos anos de 1932 e 1936, publicados na *Revista do Ensino* (PB). Para tanto, utilizaremos a revista supracitada como fonte histórica, em especial, no que diz respeito aos programas de ensino para a Geografia.

A ESCOLA NOVA NA PARAÍBA

Como ocorria no restante do país, a década de 1930 na Paraíba também foi marcada por mudanças nas mais distintas esferas sociais. Conhecida usualmente como “Revolução de 1930”, o movimento político-militar que derrubou o presidente Washington Luís acarretou mudanças significativas na organização política, econômica e social do país. Estas “são resultado de um processo cumulativo que se configura ao longo de trinta anos e desemboca em condições peculiares – nacionais e internacionais – no movimento revolucionário.” (ROSA, 2008, p. 28). Em linhas gerais este movimento foi fruto da crise econômica do setor agroexportador de café, agravada pela quebra da bolsa de Nova York em 1929, e dos embates de segmentos sociais que não se consideravam referenciados no processo político da Primeira República, marcados por sucessivas eleições pactuadas entre os setores agrários (ANDREOTTI, s/d).

Na Paraíba, as manifestações urbanas em oposição à Washington Luís, foram marcadas pela presença dos professores e dos alunos do Liceu e das alunas da Escola Normal. Entre esses jovens, o que repercutiu com maior intensidade foi o programa da Aliança Liberal para a educação popular. Assim, “depois da vitória do movimento revolucionário, com a posse de Getúlio Vargas na presidência do Brasil e de Antenor Navarro como interventor da Paraíba, estavam dadas as condições objetivas para a reformulação do ensino paraibano.” (KULESZA, 2017, p. 4).

De fato, o governo comandado pelo tenente-civil Antenor Navarro - mesmo que por curto período (1930 – 1932), devido sua morte prematura, em trágico acidente de avião em 1932 - seria marcado por inovações na educação paraibana ligadas às propostas de renovação apoiadas no arcabouço teórico da Escola Nova. Para tanto, este administrador

contou com o professor José Baptista de Mello na Direção do Ensino Primário. Na Paraíba, segundo Pinheiro (2002, p. 196) este foi “um dos principais difusores dos ideais escolanovistas [...], um dos intelectuais mais sintonizados com as políticas educacionais implementadas pelo estado ao longo de toda era Vargas”.

Sendo assim, no governo de Antenor Navarro, José Baptista de Mello passou a exercer o cargo de Inspetor de Ensino da Capital, sendo “encarregado de apresentar sugestões sobre a instrução pública na comissão designada por José Américo para traçar o programa revolucionário de governo na Paraíba.” (Idem, *ibidem*, p. 388). Inicia-se assim um plano de reforma educacional que serviu, principalmente, para divulgar os princípios da Escola Nova em sala de aula e preparar a sociedade para a Reforma da Instrução Pública que viria a se concretizar em 1935.

É destaque nesse momento a unificação ou estadualização de todo Ensino Primário público na Paraíba e a preocupação em diminuir a prática de apadrinhamento e adoção de proposições de profissionalização docente, com funcionários comprometidos com a educação, com a fiscalização técnica e com a adoção de novos métodos de ensino, que deveriam dialogar com as prescrições escolanovistas. Sendo assim, na reorganização do ensino primário, Mello redefiniu e uniformizou para todos os estabelecimentos de ensino da Paraíba novos programas de ensino, visando atualizar a escola frente aos processos modernos da Pedagogia. Além desta, os compêndios escolares também foram uniformizados.

Assim, José Baptista de Mello se mostrava receptivo aos pressupostos educacionais e de ensino e pretendia dar à escola paraibana “um teor mais prático, mais utilitário, seguindo os ideais propostos tanto pelo Manifesto [dos Pioneiros] bem como daqueles que se encontravam na estrutura administrativa da educação em nível nacional.” (FREIRE, 2016, p. 51 - 52). Na empreitada de reestruturar o Ensino Primário, vemos a preocupação de Mello não somente com a sala de aula, mas também com a qualificação dos professores, uma vez que “a implantação do projeto da escola renovada demandava [...] mudanças no comportamento pedagógico do professorado.” (PINHEIRO, 2002, p. 187). Para tanto,

Os gestores do estado paraibano, visando melhor qualificar os professores e, conseqüentemente, transformá-los em agentes ativos na difusão das ideias escolanovistas, recorreram à publicação da *Revista do Ensino*, à realização de semanas pedagógicas e ao intercâmbio de professores, inspetores, diretores de grupos escolares com profissionais de outros estados, principalmente o de Pernambuco, que, segundo Batista de Melo, há alguns anos, [podia] orgulhar-se do Brasil. (Idem, *ibidem*).

Desta forma, já em 1932, José Baptista de Mello colocou em circulação a *Revista do Ensino* da Paraíba que tinha como objetivo organizar o ensino e formar os professores aproximando-os das proposições da Pedagogia moderna. No ano de 1933, Mello implementou a realização das Semanas Pedagógicas para avaliar o andamento do ensino. Espelhadas nas experiências já realizadas em Pernambuco, estas se caracterizavam como encontros estaduais de educação realizados ao final do ano letivo.

Ainda referente a qualificação dos professores primários, em 16 de abril de 1934 passou a funcionar a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, sob a direção de José Baptista de Mello, “com o fim de elevar o nível cultural dos nossos educadores”. (SILVA, 2008, p. 101). Vemos assim que o plano de Mello partia da escola, mas tinha como alvo os professores, uma vez que eles executariam, em sala de aula, os ideais renovadores. Além de diretor, Mello era responsável por “ministrar a disciplina Metodologia do Ensino, local privilegiado para a introdução de inovações pedagógicas.” (KULESZA, 2016, p. 9).

Mello esteve à frente da Diretoria do Ensino Primário desde o ano de 1931, sendo que no ano de 1935 foi designado pelo governador da época, Argemiro de Figueiredo, a encabeçar o novo Departamento de Educação e também como responsável por organizar a Reforma do Ensino no estado da Paraíba. Deste feito, o diretor de educação é enviado ao Rio de Janeiro e São Paulo “para colher subsídios para a formulação de um projeto de reforma completa da educação no Estado.” (KULESZA, 2011, p. 393).

A Reforma da Instrução Pública elaborada por José Baptista de Mello e a criação do Departamento de Educação foram aprovadas em 13 de dezembro de 1935, através da lei nº 16, sancionada por Argemiro de Figueiredo. Essa lei foi composta por dezenove artigos dispostos nos tópicos: Do ensino particular; Disposições gerais e Disposições transitórias. O Departamento de Educação seguiu as seguintes divisões: Instituto de Educação; Escola Normal Rural; Escola Rural Modelo; Escolas Profissionais e Ensino Primário em geral (REVISTA DO ENSINO, nº 12, 1936).

Além da criação do Instituto de Educação, “a reforma aprovada estabelecia uma carreira para os professores com promoção quadrienal e a efetivação dos então professores adjuntos em efetivos.” (KULESZA, 2011, p. 394). O autor ainda acrescenta que o Instituto de Educação foi, de fato, composto por um jardim de infância, uma escola de aplicação (grupo escolar), uma escola secundária (equiparada ao Ginásio Pedro II) e uma escola de aperfeiçoamento para professores. É necessário salientar que todo esse projeto de reforma “foi pensado para ser executado pelos professores primários, prioritariamente nos grupos escolares, haja vista que estes eram os espaços de excelência onde se efetivava, em tese, o melhor ensino primário.” (FREIRE, 2016, p. 53).

As Semanas Pedagógicas, a *Revista do Ensino*, a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, o Instituto de Educação, dentre outras medidas que contribuíram para a renovação dos métodos e processos de ensino, foram “aos poucos dando às escolas paraibanas uma feição mais adequada à marcha que vai tendo o ensino moderno. Daí aparecem pela primeira vez, no estado, as lições globalizadas, os centros de interesse, ensaios de projetos, jogos educativos etc.” (MELLO, 1996, p. 99). Estas medidas tinham como principal meta atingir a implementação e a efetivação de novos métodos de ensino, tarefa que competia ao professor a partir de um ensino ativo.

É preciso compreender que durante o período político em que Vargas esteve no poder (1930 – 1945), em suas distintas fases (Governo Provisório/1930 – 1934; Governo Constitucional/ 1934 – 1937 e Governo Ditatorial/1938 – 1945), os ideais escolanovistas, apesar de se manterem, foram assumindo novas conformações e redirecionamentos. No

âmbito local, não foi diferente. No mesmo ano em que foi sancionada a Reforma da Instrução Pública paraibana, se dá o fechamento do regime político, acelerado na Paraíba a partir do levante armado de novembro de 1935.

É nesse contexto e frente a fortes contradições que, no Brasil do ano de 1937, foi instaurada uma ditadura que ficou conhecida como Estado Novo. Se nos dois primeiros períodos do governo Vargas (Governo provisório/1930 - 1934 e Governo constitucional/1934 - 1937) os ideais renovadores tiveram espaço ampliado e seus representantes maior evidência, durante o Estado Novo, muitos dos Pioneiros foram afastados e suas vozes minimizadas e algumas até silenciadas (KULESZA, 2011). No entanto, os princípios da Escola Nova não saíram totalmente da pauta das discussões educacionais, tanto no âmbito nacional, quanto na Paraíba.

Isto se deve ao entendimento de Vargas de que “o Brasil transformasse-se em uma grande Pátria somente quando tivesse educado seu povo.” (HORTA, 1994, p. 146). Com a instituição do Estado Novo, o ensino primário passou então a ser permeado de forma mais contundente pelo nacionalismo, patriotismo e civismo, estando entre as muitas formas de estimular tais sentimentos na escola como o uso do cinema, do rádio, do esporte e da Educação Física (HORTA, 1994).

Na Paraíba, algumas implantações postas pela reforma do ensino permaneceram mesmo com a ditadura em vigor, como é o caso das obras do Instituto de Educação. É preciso lembrar que mesmo antes do Estado Novo, Argemiro de Figueiredo já se encontrava no poder, sendo nomeado como então interventor do estado. Segundo Kulesza (2011), desde sua posse como interventor da Paraíba, Argemiro tratou de reconduzir o estado a uma situação político-educacional semelhante àquela anterior à Revolução de 1930. Com o apoio da Igreja,

Argemiro silencia no Estado os setores nos quais seriam capazes de repercutir os anseios de renovação da educação propalados no sudeste do país [...] Assim, já em outubro de 1937 se encontrava instalada a “Comissão Nacional de Propaganda contra o Comunismo” em João Pessoa, que funcionava no gabinete do diretor do Liceu Paraibano. Em três de novembro, um decreto do governador obriga os professores do Estado a transformar suas aulas em focos de civismo. (KULESZA, 2011, p. 396).

Argemiro vislumbrava na escola do trabalho uma forma de contribuir para a formação de caráter da juventude edificada no patriotismo. Sendo assim, o Estado Novo reafirma a prioridade educacional do governo Vargas: “o Ensino Médio³, a cargo majoritariamente de colégios religiosos para atender ao crescimento das classes médias em virtude do processo de urbanização em curso em todo país” (Idem, *ibidem*). Para Kulesza (2011), é através da priorização dada pelo governo ao Ensino Médio para as elites que, na Paraíba, o autoritarismo político virá desfigurar o projeto de educação popular no qual o Instituto de Educação desempenhou papel fundamental.

Azevêdo (2012), ao retratar a situação política-educacional que circundou a criação e não efetivação do projeto proposto por José Baptista de Mello, em 1935, para o Instituto de

Educação, ressalta a resistência dos representantes do ensino tradicional na Paraíba em relação ao ensino moderno, constatando vitória da Igreja Católica frente ao projeto dos renovadores. Entretanto, outros desdobramentos foram marcantes neste momento e precisam ser destacados.

[...] já no início de 1936 Argemiro nomeia o monsenhor Pedro Anísio para diretor geral do recém-criado Departamento de Educação, afastando José Baptista de Mello para um cargo técnico no Departamento de Estatística. Em 1939, o Liceu Paraibano é transferido para as dependências onde deveria funcionar a Escola Secundária do Instituto de Educação para, daí em diante, dominar totalmente a cena da educação secundária pública na Paraíba, como vinha fazendo, aliás, desde sua criação em 1836. O decreto 1265 de 21 de janeiro de 1939 extingue a Escola Secundária do Instituto de Educação transferindo seus alunos para o Liceu Paraibano que passa por esse diploma legal, daí em diante, a fazer parte do Instituto de Educação. Na prática, a extinção da Escola Normal Oficial significou a apropriação do Instituto de Educação pelo tradicional Liceu, uma vez que ela havia se transformado na Escola Secundária criada quando da aprovação do projeto do Instituto de Educação. Os alunos que cursavam a Escola Normal tiveram a opção de se matricular nas séries do Liceu. Assim, na realidade, a Escola Normal Oficial havia sido substituída pelo ginásio do Liceu com mais dois anos de pedagógico para quem desejasse seguir o magistério. (KULESZA, 2011, p. 398).

A aliança do governo Vargas com a Igreja Católica se firma na Paraíba a partir de acordos entre Argemiro e o monsenhor Pedro Anísio Bezerra Dantas. Pedro Anísio deixa evidente sua visão contrária ao escolanovismo ao publicar em 1933, seu *Tratado de Pedagogia*, em que tece severas críticas à Escola Nova, asseverando que esta, em todos os espaços que foi implantada, “rompeu com as tradições católicas e o ensino religioso.” (ANÍSIO, 1955, p. 29). Em seu relatório sobre a instrução pública de 1936, publicado na *Revista do Ensino* (PB) sob o título *A reforma dos methodos educativos*, Anísio expressa a nova orientação dada à Reforma recém implementada na Paraíba:

A reforma da instrução na Parahyba não é uma transplantação dos systemas europeus ou americanos para os institutos educativos nem como ainda poderia aparecer, uma imitação servil dos methodos e dos processos em voga nos meios culturaes do Sul, do Districto Federal, São Paulo e Minas. A Parahyba acompanha com interesse o movimento pedagogico de nossa época, e, dentro das suas possibilidades, procura adoptar em suas escolas tudo o que lhe figura bom, util e proveitoso, accomodado á nossa região, consentaneo aos costumes e tradições de nossa gente e sempre em estreita conexão com o ideal de nacionalidade⁴. (REVISTA DO ENSINO, nº 14, 1936, p. 41).

A partir do trecho relatado, vemos que se inicia o que Kulesza (2017) denomina de extinção dos áureos tempos de quando Mello esteve à frente da instrução pública. Ao ser

nomeado diretor do Departamento de Educação, o monsenhor Pedro Anísio também assume a direção da *Revista do Ensino* (PB), que não fica à parte das mudanças ocorridas no período.

Em consequência da Reforma do Ensino Primário emitida pela n^a Lei N^o 16, de 1935, foram definidas novas orientações para o Ensino Primário paraibano, como evidencia o texto do Monsenhor:

Reforma do Ensino – Como era de esperar, foi elaborado o plano de reforma de todo o edifício educativo, da base ao vertice, atingindo métodos, processos e sistemas pedagógicos, rompendo com a rotina e projectando-se mais além, em realizações novas e fecundas, com a educação técnica, profissional, agrícola e comercial. Até então, quase nada se tinha feito para encarrear a juventude à solução dos problemas práticos e prevenil-a de uma educação exclusivamente libertaria e liberal. [...] cumpre armar a juventude para as luctas que se ferem, entre os povos, no terreno econômico, guial-a ás carreiras profissionais e agrícolas e restabelecer, assim a harmonia entre a educação e a vida real. Esta, a finalidade precípua da Reforma do Ensino que o Governador Argemiro de Figueirêdo pretende levar a bom termo. Ao lado da escola de aprender figura a escola de trabalho. (REVISTA DO ENSINO, n^o 12, 1936, p. 32).

A partir do texto em destaque, vemos uma postura conservadora no que diz respeito aos objetivos da educação, às metodologias de ensino, ao que se entende por educação e à preocupação maior de uma escola que formasse trabalhadores. Evidencia-se uma crítica aos pressupostos inovadores que se propagaram no início da década de 1930, acentuando que a aprendizagem prática oferecida para a escola tem que centrar no mercado, ou seja, formar mão-de-obra.

O embate entre tradicional e moderno, mais especificamente entre católicos e pioneiros, marca a disputa pelo controle do campo pedagógico na década de 1930. No entanto, é necessário destacar que mesmo em um período ditatorial em que um monsenhor católico estava à frente do Departamento de Educação, havia uma preocupação com as renovações educacionais na Paraíba, como explicitam Silva e Pinheiro (2013), no qual podemos perceber permanências de algumas propostas já propagadas pela Escola Nova. No entanto, com uma conotação acentuada para o civismo, nacionalismo e patriotismo.

Nesse contexto, assume caráter relevante as Instituições Auxiliares de Ensino, anexas aos grupos escolares, a partir da implementação de “biblioteca infantil, caixas escolares, cinema educativo, canto orfeônico, assistência dentária, entre outros.” (SOUZA; FARIA FILHO, 2013, p. 45). Estas foram vistas como outras formas de fixar os princípios filosóficos e desenvolver o sentimento patriótico nas crianças (FREIRE, 2016). As Semanas Pedagógicas continuaram a acontecer. A *Revista do Ensino* (PB) continua suas publicações periódicas, tendo uma lacuna entre os anos de 1938 a 1941, voltando à circulação no ano de 1942. No entanto, suas matérias passaram a expressar e a defender princípios filosóficos do Estado Novo.

A educação cívica na Paraíba passa a ser norteadora do processo de ensino durante o Estado Novo, não sendo somente uma disciplina, uma vez que “estava presente desde a sala de

aula até as atividades que saíssem dos seus limites, tais como: as festas escolares, as gincanas, as competições esportivas escolares e os desfiles cívicos.” (SILVA; PINHEIRO, 2012, p. 2).

Para Kulesza (2017), em 1940, com a deposição de Argemiro de Figueiredo e a nomeação de Ruy Carneiro para o cargo de interventor federal da Paraíba, se desfaz completamente os anseios de mudanças, principalmente educacionais, para o estado. É neste momento, que o então interventor, aconselhado pelo ministro Gustavo Capanema, vai ao encontro de Lourenço Filho, no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, a fim de preparar um plano de reforma para a educação paraibana. Em uma espécie de cooperação administrativa entre as esferas políticas federal e estadual, Lourenço Filho designa para o cargo de diretor do Departamento de Educação da Paraíba um técnico de seu ministério, Pedro Calheiros Bonfim.

Sendo assim, em 1942, a Paraíba reformula mais uma vez suas diretrizes para o Ensino Primário, para realizar a Reforma do Departamento de Educação pelo Decreto-lei nº 316 de 11 de agosto daquele ano, quando na verdade “passou por mudanças e ajustes no sentido de melhor se coadunar com as diretrizes destinadas ao ensino primário impostas pelo governo federal, a partir das definições estabelecidas pelo Ministério da Educação e de seu Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.” (FREIRE, 2016, p. 121).

As orientações expressas para a reorganização do ensino público paraibano por Pedro Bonfim têm um caráter extremamente técnico. No entanto, a sua gestão na educação da Paraíba não durou mais que seis meses, quando pediu exoneração do cargo. Para Kulesza (2017, p. 12), tal fato se deu porque “os técnicos do INEP eram desnecessários para organizar a educação popular na Paraíba que, desde 1936, vinha sendo orientada e conduzida pelos quadros da Igreja Católica.”

O quadro educacional paraibano na década de 1930 vai se transformando, desde o momento de euforia relacionado ao ideário moderno da Escola Nova que teve como expoente na Paraíba o professor José Baptista de Mello, até o momento ditatorial do governo Vargas, quando no âmbito local, toma um novo viés e esteve ligado à Igreja Católica na pessoa do monsenhor Pedro Anísio. Assim, a euforia renovadora vai cedendo lugar ao autoritarismo posto, sendo estes distintos momentos refletidos na *Revista do Ensino* (PB), em suas orientações e prescrições para educação paraibana, inclusive para a Geografia.

BASES TEÓRICAS DO ENSINO PRIMÁRIO NA PARAÍBA: O SISTEMA DECROLYANO E O SISTEMA GARY DE APRENDIZAGEM

Envolvido nessa atmosfera de renovação educacional, o estado da Paraíba empreendeu mudanças nos Programas de Ensino⁵ para o nível primário, sendo destaque aqui o Programa de Ensino Primário estabelecido no ano de 1932 e o Programa de Ensino Primário estabelecido no ano de 1936.

Sendo assim, é importante frisar que desde 1931, a Reforma Francisco Campos passa a definir programas e métodos de ensino, o que retirava das escolas a autonomia da elaboração de seus programas, ficando estas a cargo do Ministério (LIMA, 2015). “Essa

centralização significava, na prática, a unificação de conteúdos e de metodologias, em detrimento de interesses regionais.” (FONSECA, 2003, p. 52). No entanto,

[...] mesmo considerando esse processo de centralização, era necessário que tais definições fossem referendadas e legitimadas nas diversas unidades da federação, ou seja, nas esferas estaduais. Foi, portanto, nesse contexto que em 1932, o Secretário do Interior e Segurança Pública, Matheus Ribeiro, via portaria nº 1.059, de 22 de junho, autorizou que a Diretoria de Ensino passasse a adotar nos grupos escolares, escolas reunidas e isoladas do ensino público primário do estado da Paraíba novos programas de ensino, alterando determinação anterior, constante na regulamentação de 1917. (LIMA, 2015, p. 158).

Ainda segundo a autora citada, o Ensino Primário na Paraíba antes da portaria supracitada, tinha a duração de quatro anos, passando a partir de então para uma duração de 6 anos. Outro destaque estabelecido no Programa de Ensino, foi a orientação para sua organização a partir de conteúdos tematizados, ou seja, “as matérias que passaram a constituir o curso primário não deveriam ser ensinadas isoladamente, mas sim agrupadas em centros de interesse [...]” (Idem, *ibidem*).

Esta escolha teórico-metodológica para orientar o Ensino Primário na Paraíba fica expressa não só no Programa estabelecido, como podemos observar no discurso proferido pelo então diretor do ensino primário José Baptista de Mello, na Semana Pedagógica de 1934:

Aqui é o centro de interesse que globaliza todas as disciplinas numa socialização que prepara o pequeno estudante para a vida em *commum* de amanhã; ali, o *systema* de projectos em que o alumno aprende minudentemente, a prática dos grandes ramos da atividade humana; adiante o verdadeiro trabalho feito nas hortas, nos jardins, nos campos agrícolas, nas oficinas, etc.; depois, os jogos educativos e interessantes que fazem o encanto das criancinhas dos jardins de infância. E assim Decroly, Dewey, Montessori, Froebel e outros apóstolos da escola renovada dão aspectos mais suaves à educação que se processa por toda parte, em oposição à escola tradicionalista. (REVISTA DO ENSINO, nº 11, 1934, p. 6).

Sendo assim, do ponto de vista metodológico, o Programa de Ensino de 1932, segue a escolha teórica feita por José Baptista de Mello ao sistema decrolyano de aprendizagem, baseado na globalização do ensino e nos centros de interesse. O ensino ativo defendido por Óvide Decroly, oferecia ao aluno a possibilidade de ele construir seu conhecimento, e assim, aprender a aprender.

É preciso salientar que o ensino ativo tinha como ponto de partida a escola-trabalho, a qual valorizava sobremaneira matérias que priorizavam temáticas como artes, indústrias domésticas, desenho e trabalhos manuais. Sendo assim, o ambiente escolar passou a ser comparado “ao ambiente da oficina, e o método [ativo] seria a ferramenta capaz de

conduzir o aluno ao aprendizado.” (HAMDAN, 2008, p. 317). À medida que a atividade da criança ganha espaço na perspectiva da escola ativa, potencializa a ideia de que a educação deveria mirar no trabalho. Nesse contexto, o ensino de História, de Geografia e de Instrução Moral e Cívica contribuíram em muito com a (con)formação para o trabalho.

Os centros de interesse são uma técnica, um processo de ensino que consiste em agrupar, em torno de um mesmo assunto que interessa à criança, um conjunto de noções a aprender, de mecanismos a montar, de hábitos a adquirir, condição do perfeito desenvolvimento do ser no meio em que vive e ao qual ele se adapta (BASSAN, 1978). O método pelos centros de interesse e a globalização da aprendizagem consistia no estudo que se centrava na criança e no ambiente onde ela vive, de forma a se ampliar em movimentos concêntricos, substituindo métodos verbais pelos intuitivos, ativos e construtivos. Dessa forma, havia a prioridade nas atividades manuais, relacionadas aos próprios centros de interesse, no qual todos os conteúdos deveriam ser organizados como meios de comunicação.

O ensino desenvolvido por centros de interesse permite que a criança, em cada assunto, “percorra sucessivamente três grandes fases do pensamento: observação, associação e expressão.” (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 287). O autor afirma então que a proposta de Decroly se baseia nos interesses reais da criança, em que os conhecimentos não se apresentam classificados por disciplinas. Para ele,

Os programas tradicionais, com discriminação de temas, conduzem a uma discriminação de aulas, que podem decorrer sem qualquer relação entre si. De uma aula de leitura, que versou sobre o boi, por exemplo, passa-se a um exercício escrito sobre o “cair da tarde”, vindo, em seguida, uma aula de cálculo, inteiramente abstrata, e outra de geografia, sobre os rios da Europa. Poderá seguir-se uma lição moral, referente aos deveres do aluno em casa, uma aula de geometria que verse sobre o triângulo, e outra de desenho, em que os alunos passam a copiar uma esfera ou uma flor. Cria-se uma funda separação entre a cultura e a realidade, e a criança sente, afinal, que trabalha para a escola, não para si mesma. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 287 - 288).

A partir da crítica feita pelo autor, observamos que a proposta de centros de interesse se diferencia da tradicional por criar uma relação entre as disciplinas partindo de um mesmo centro. Qualquer que venha a ser o tema eleito “apresenta aspectos científicos, econômicos, geográficos, históricos, literários, jurídicos que requerem a introdução de técnicas e de noções emprestadas das diversas áreas, sem que seus laços jamais se percam de vista.” (DUBREUCQ, 2010, p. 40). Um centro de interesse dá origem a outro, alguns exigem mais tempo para execução, outros menos. No entanto, todos atendem a três fases: observação, associação e expressão.

Ao iniciar as etapas do centro de interesse com a observação, mostra-se uma relação ao ensino intuitivo. Apesar da Escola Nova reivindicar para o momento uma escola ativa, segundo Dubreucq (2010, p. 43), o método decrolyano é “intuitivo e construtivista.

Ele leva a criança a mobilizar seus recursos pessoais, internos, para elaborar seu próprio saber. Produz os materiais que melhor lhe convêm e que ele utilizará em toda a sua vida.”.

O ato de observar seria assim o primeiro passo para pôr em movimento as demais etapas propostas. Após este primeiro momento, segue a etapa de associação, na qual o(a) aluno(a), auxiliado(a) pelo(a) professor(a), passa a associar as noções observadas, como uma verificação da experiência. Durante os exercícios de associação:

[...] aparece a orientação e o mapa, e, assim, o estudo da geografia, de uma geografia viva e interessante, não da decoração de listas de acidentes ou feita mecânica de cartogramas. [...] [aparecem] os exercícios de associação no tempo, ou seja, da história [...] [e] as associações relativas à adequação do meio às necessidades do homem. (LOURENÇO FILHO, 2002, p. 290 - 291).

A partir de um assunto observado, a associação material deste requer noções de História e Geografia, uma vez que é preciso que ele esteja situado no tempo e no espaço. Para Lourenço Filho (2002, p. 291), a associação no espaço e no tempo “substitui a história e a geografia concebidas, ademais, de um ponto de vista mais amplo”. Ou seja, amplia a visão simplista divulgada nos livros da época.

A terceira e última etapa, a expressão, compreende aos exercícios de linguagem, ortografia, trabalhos manuais e desenho, que correspondem às necessidades individuais e sociais dos alunos. Os exercícios de expressão, acabam por desenvolver nas crianças “a educação do corpo, dos sentidos, da mão, do contato com as coisas e não com os livros, na turbulência de um meio vivo e não no silêncio morto da sala de aula.” (DUBREUCQ, 2010, p. 25). A utilização das formas de se expressar, como o gesto, a mímica, a dança, o canto, a escrita, os códigos, a pintura etc., são importantes manifestações não-verbais, muitas vezes negligenciadas na escola.

É importante salientar que o sistema decrolyano, bem como outros vinculados e orientados pela Escola Nova, já circulava em impressos paraibanos mesmo antes da edição e publicação do impresso educacional oficial do Estado – *Revista do Ensino*. Segundo Freire (2016), o que ocorre é que o jornal *A União*⁶, já havia assumido o compromisso de divulgar e oferecer apoio pedagógico ao professorado frente à modernidade educacional que já era difundida no estado. Sendo assim, em 1931, o referido jornal publica uma notícia sobre a Escola Nova orientando como deveria ser a aula do(a) professor(a):

A Escola Nova

Systema Decrolyano

Centro de interesse – A água

1º passo (observação)

Em plena sala de aula os alunos olham atentamente pelas janelas, a chuva torrencial que, ruidosamente cae sobre os telhados das casas fronteiras, sobre o leito da rua, sobre as arvores da praça vizinha, molhando e alagando tudo. Observam, com

interesse, que de toda parte corre água: dos beiraes e dos canos dos edificios, dos cantos das ruas e das folhas de oitizeiros que enchem a praça. Vêm que as águas procuram umas ás outras, misturando-se, formando, lá adeante, verdadeiros riachos que apressadamente, procuram a cidade baixa: observam que a água cahida de céu, desce e fios muito alvos se confundem, ao contacto com a terra; vêm o céu todo nublado, da cor cinza, enquanto que a rua vae ficando quase deserta, notando-se apenas a passagem rápida de bondes e automóveis e um outro transeunte envolto em capa e protegido por guarda-chuva[...]

2º Passo (associação)

O professor servindo-se do centro ocasional e satisfazendo a natural curiosidade das creanças, entretém com ellas interessante e útil palestra que gira sobre o que lhes prendeu a atenção: a água [...]

3º Passo (expressão)

Linguagem - Mandar que os alunos digam por suas palavras o que observaram durante a chuva e um resumo do que ouviram na palestra.

Composição – Descrever em seus cadernos o que foi por elles comentado no exercício de linguagem.

Vocabulário – Dar a significação do pluviômetro – proveta – evaporação – condensação – nuvens – canaes – capilares – barragem – infiltração. Formar sentenças com cada uma dessas palavras.

Sciencias naturaes e physicsas – Além da água se nos apresentar no seu estado real, e transformar-se em vapor, também póde solidificar-se tomando fôrma própria com o nome de gelo [...]

Geographia – Três partes da Terra estão cobertas por águas que se dividem em cinco oceanos [...]

Chorographia da Parahyba – A Parahyba, sendo um Estado do Nordeste é muito sujeita ás grandes estiagens[...]

Hygiene - A água de beber deve ser potável, isto é, limpa sem gosto [...]

Arithimetica – Custando 1 metro cúbico d'água 800 réis, quanto custarão 18 metros? [...]

Desenho – Fazer um rio com afluentes no taboleiro de areia [...] (A UNIÃO *apud* FREIRE, 2016, p. 65 - 66).

Como podemos observar, a proposta didática de centros de interesse foi divulgada em outros impressos paraibanos, mesmo os que não tinham finalidade estritamente pedagógica, como o caso do *Jornal A União*. Para Biserra (2019) os textos dessa coluna eram, em sua maioria, de caráter metodológico e ofereciam planos de aulas práticas, ligados à ideia de Centros de Interesse.

A organização de um programa de ensino a partir de centros de interesse foi característica principal do Programa de Ensino Primário de 1932, que reverberou na educação paraibana até o ano de 1935, com a Reforma do Ensino Primário. Como já

ressaltamos, esta reforma foi elaborada por José Baptista de Mello, em 13 de dezembro daquele ano. No ano seguinte, ele foi afastado do cargo de diretor do Ensino Primário, sendo substituído por outro grupo de intelectuais ligado a outra corrente política e ao catolicismo, conforme foi evidenciado anteriormente. Baseado em outra perspectiva teórica, este grupo elaborou um novo Programa de Ensino, estabelecido em julho de 1936.

No que se refere a Reforma Educacional, esta traz verdadeira reorganização do Ensino Primário paraibano, começando pela escolha de novo sistema de ensino, que passa a nortear o novo Programa, como podemos observar na fala do Monsenhor Pedro Anísio:

A Reorganização do Ensino Primario – O SYSTEMA GARY – A instrução primaria foi dividida em sete graus, compreendendo o ensino inferior, medio e superior ou, para usar a terminologia adoptada entre nós, rudimentar, elementar e complementar⁷. O ensino complementar será ministrado nos grupos escolares; o rudimentar assim nos grupos como nas escolas isoladas. [...] A característica do plano Gary é pôr no edificio a serviço da instrução, reunindo num mesmo prédio todas as atividades das escolas de aprender e de trabalho. (REVISTA DO ENSINO, nº 12, 1936, p. 33).

O Sistema Gary ou Sistema Platoon foi implementado por Willian Wirt na cidade de Gary (estado de Indiana/Estados Unidos) em 1912, “objetivando o melhor aproveitamento do tempo e do espaço escolar, a partir de uma estrutura onde os alunos não teriam salas fixas, mas circulariam entre elas a partir de um horário pré-estabelecido, com base em seus próprios interesses.” (CHAVES, s/d, p. 2). Para esta autora, este sistema pedagógico tenta adequar a filosofia deweyana (escola-laboratório) a uma certa maneira de organizar a escola desenvolvendo uma educação integral que estimula tanto o estudo quanto o trabalho e a recreação.

Com a finalidade de atender a uma questão de ordem econômica (relativa à construção de escolas) o sistema é:

[...] um plano de organização — sendo algumas de suas preocupações a questão da organização de classes, de horários etc. Os alunos são divididos em grupos por sua capacidade de aprender. Esses grupos têm professôres especializados e diversos para cada matéria e as aulas seguem horários determinados. (PINHEIRO, 1948, p. 100).

Sendo assim, o sistema gary se baseava na escola platoon (escola pelotão) e não se configura como método pedagógico e nem como currículo escolar. Para Chahin (2018), esta é uma forma de organização do tempo escolar que dialoga com as prerrogativas da pedagogia ativa. Para esta autora, a eficiência no uso do equipamento escolar, bem como a economia com equipamentos e suprimentos, são fatores que marcam o lastro de desenvolvimento deste tipo de escolas ao lado de questões de filosofia educacional, tais como centralidade da criança no processo de ensino e

aprendizado, espírito da educação pela experiência e para a cidadania. A formulação deste programa escolar possui estreitos diálogos com a filosofia da educação de John Dewey.

Em sua organização, este sistema de ensino envolve globalização e especialidade. Sobre esta forma de organização escolar, Pedro Anísio explicita:

[...] Na primeira, que constitue a escola de aprender, propriamente dita, o ensino restringue-se às matérias fundamentaes: ler, escrever e contar e é dado de maneira intuitiva, concreta, enlaçando-se os conhecimentos das diversas disciplinas, unindo-se bem o novo ao antigo, de sorte que todo o ensino seja radicado nas experiencias do discipulo. Na segunda, em aulas de trinta minutos, recebem os alumnos, congregados no “auditorium”, lições de geographia e historia, de literatura (poesias, lendas, contos, narrativas), desenho, musica e canto coral, hygiene, moral civica e religiosa; nos laboratorios e no museu exercitam-se no apprendizado das artes; no “gymnazium” e no pateo dão-se á cultura physica á gymnastica, aos desportos e jogos. (REVISTA DO ENSINO, nº 12, 1936, p. 33).

Em defesa do sistema Gary, Pedro Anísio evidencia que o centro de perspectivas continua a ser o aluno, no entanto, “[...] não se annulla ou se diminue o papel do mestre. Este é quem traça as directivas da educação, quem orienta e guia o educando á aquisição dos conhecimentos e a aprendizagem das artes e officios.” (REVISTA DO ENSINO, nº 12, 1936, p. 34).

Sendo assim, este sistema de ensino não descarta por completo o princípio da globalização da aprendizagem, no entanto, requer caráter mais prático com relação a esta. Além da preparação para o mundo do trabalho, salienta-se a formação do caráter e da moral como centro do processo de ensino. Desta forma, se tem a defesa de que o ensino parta de problemas (ideia central) a serem resolvidos e destaca outras formas de se globalizar o conhecimento – como o método de projetos - para além do centro de interesse.

O sistema de projetos, ou método de projetos, foi elaborado por Kilpatrick, discípulo de Dewey, nos Estados Unidos e se tornou a “mais famosa técnica de trabalho coletivo”. (SANTOS, 1952, p. 88). Para o autor, este método de ensino se apresenta como atividade intencional e bem-motivada, que possui alto valor educativo e consiste em fazer algo pelos próprios alunos em seu ambiente natural. Em sua proposição,

O projeto se distingue: 1) *dos centros de interêsse* que não possuem um fim em vista, nem implicam na realização de alguma coisa; 2) *dos problemas*, que se servem do pensamento abstrato e se caracterizam pela atividade intelectual; 3) dos trabalhos práticos, que visão a comprovação ou a aplicação de princípios. (SANTOS, 1952, p. 89).

Como técnica de ensino dinâmica que parte da atividade globalizadora - no cerne de um projeto não há disciplinas trabalhadas de forma isolada - e colaborativa, o projeto deve ser sugerido pelos próprios alunos. Para Lourenço Filho (2002, p. 295), esse sistema

ou metodologia pretendia colocar em evidência duas coisas: “[...] a importância educativa de tarefas de execução livre em casa, pelos alunos e a necessidade de que suas atividades, na própria escola, atendessem a propósitos, que ao trabalho dessem forma e direção.”.

A origem de um projeto se dá em um ato ou situação problemática, levado à realização em um ambiente real, ou seja, tem de exprimir uma situação da vida cotidiana. Os projetos podem ser mais complexos (em geral exigem mais do(a)s aluno(a)s e precisam de maior tempo para sua execução, como por exemplo um semestre); ou menos complexos que além de exigir menos dos alunos têm duração menor, como algumas semanas ou até mesmo algumas horas.

É verdade que há algumas etapas para serem realizados os projetos, como imaginar alguma coisa, projetá-la, recorrer à pesquisa para assim executá-la. Porém, não são estabelecidos passos formais no que se refere ao processo de aprendizagem, apenas no que se refere ao preparo do assunto.

Estas bases teórico-metodológicas nortearam os Programas de Ensino Primário na Paraíba no período estudado, mas também a própria essência da *Revista do Ensino* (PB), uma vez que é visível nas edições deste periódico a inspiração nas prescrições de Ovide Decroly no que se refere aos centros de interesse e globalização do ensino, mas também nas lições de coisas e na educação dos sentidos, bem como no método de projetos de Kilpatrick.

PROGRAMAS DE GEOGRAFIA PARA O ENSINO PRIMÁRIO (1932 E 1936)

O Programa de Ensino de Geografia (1932)

O Programa de Ensino Primário de 1932 orientava os(as) professores(as) a ensinar Geografia de forma que o(a)s aluno(a)s “aprendessem fazendo”, seguindo os preceitos da Escola Nova. A Geografia estava presente como disciplina do Programa em todas as séries do Ensino Primário – 1º ao 6º ano – e suas prescrições se dividiam no primeiro e no segundo semestre.

Sendo assim, ficava posto para o primeiro semestre do 1º ano primário as seguintes orientações:

Lado direito e lado esquerdo. A sala de aula, sua posição relativamente aos lados do prédio. Comprimento, largura e altura. Parte anterior e posterior do prédio. Pontos cardeais. Orientação. Ruas e praças que limitam a sede escolar. Medir a palmos o tampo da carteira. Levar os alumnos a um ponto de onde se possa mostrar a direção do rio principal, da estrada de ferro, das de rodagem e dos municípios vizinhos. Excursões às usinas, fazendas, etc. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 80).

As prescrições do Programa conduzem o(a) aluno(a) a se situar no espaço, compreendendo assim o ambiente onde vive. Não há, para o início do estudo, a orientação do(a)s professores(as) trabalharem com os(as) alunos(as) os conhecimentos prévios sobre o local a ser visitado. No entanto, é visível que durante a visita de estudos, o(a) professor(a)

deveria estimular outros aspectos geográficos, como localização pelos pontos cardeais e a visualização de acidentes geográficos.

O Programa ainda parte da perspectiva de círculos concêntricos, ou seja, inicia o ensino da Geografia partindo do mais próximo para o mais distante da criança – a sala de aula, o bairro, as cidades mais próximas – explorando assim a Geografia local. O que se define por Geografia local se dá a partir do “estudo através da observação dos fatos da localidade do aluno [...] um estudo de coisas e fatos da própria localidade.” (PROENÇA, s/d, p. 37).

Ainda para exploração da Geografia local, ganha destaque no Programa a prática de excursões. Conhecidas também como “lições de coisas fora da escola” (ROSSO, 2019, p. 178), as excursões são compreendidas como experiências concretas para o ensino de Geografia. Para Rosso (2019), mais que aprender o conteúdo de Geografia com aulas ao ar-livre, as excursões atuam também como espaço de socialização e troca de experiências, contribuindo com o desenvolvimento pessoal e social do(a) aluno(a). As prescrições de práticas ao ar-livre têm sua origem em Pestalozzi (DIAS, 2013), e apesar de oportunizar a experiência concreta ativa, são inspiradas no ensino intuitivo partindo da observação e contato direto com o meio. Vemos assim, uma proposta de trabalho colaborativo e ativo, em oposição ao aprendizado mecânico e passivo.

Para o segundo semestre do 1º ano Primário, fica estabelecido:

Começar os exercicios de cartographia a séde da escola com duas ou três ruas, as estradas de ferro e de rodagem que vão ás localidades visinhas. Levar os alumnos aos principaes bairros da cidade. Ensinar os edificios publicos, a utilidade dos correios, telegraphos, farmacias, lojas, mercearias, praças, etc. As escolas, as igrejas. A residência das autoridades. Nomes das cidades mais proximas. Meios de transportes usados na localidade. Feiras. O professor desenhe o contorno do Brasil e de cada Estado. Em seguida recorte cada Estado com o nome, em outro papel. Reuna os alunos em torno da mesa e mande que um menino tire o maior Estado. Escolhido este, passe o alumno cola ao redor e o coloque no mappa desenhado. *A professora dirá então alguma particularidade interessante. Ex: do Amazonas: Tem o maior rio do mundo onde ha uma flôr tão grande chamada Victoria Regia, que accomoda uma criança sentada em cima.* Fazer no taboleiro de areia os accidentes geographicos conhecidos nas excursões ou desenhal-os no quadro negro. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 80, *grifos nossos*).

As propostas de ensino de Geografia prático evoluem para a representação cartográfica, mesmo com esboço a mão livre. Neste sentido, o mapa se destaca como objeto didático importante para a compreensão espacial do(a) aluno(a) e identificação dos locais estudados, conduzindo à noção de escala, território e distância. A proposta de mapas desenhados ou copiados é criticada por Lacoste (1977) ao afirmar que o propósito desta prática não consiste em ler a realidade, mas sim memorizar as representações que se pretendia com esta.

Como forma de adaptar o(a) aluno(a) à sua realidade, o princípio de partida do estudo da Geografia continua sendo o ambiente imediato da criança. Partindo assim, como

as prescrições para o primeiro semestre do 1º ano, do ambiente imediato do(a) aluno(a) como forma de adaptá-lo(a) à realidade vivida, ampliando as relações para o município e o estado. Já os “conhecimentos sobre os meios de transporte, a organização administrativa e os principais meios de produção no [...] estado ofereceriam para a criança noções para a compreensão da economia e do gerenciamento público” (ROSSO, 2019, p. 177), bem como noções sobre a vida cidadina que estava emergindo com o avanço da sociedade capitalista.

Vale salientar aqui a prescrição contida no Programa orientando a professora a destacar particularidades de cada estado, como o exemplo grifado sobre a Vitória Régia na Amazônia como sendo uma flor de grande porte capaz de acomodar uma criança. Há de se fazer uma crítica ao conhecimento dos elaboradores deste programa curricular, uma vez que esta espécie de planta, apesar de seu porte e exuberância, não é capaz de suportar o peso de uma criança, esta logo afundaria no rio.

As prescrições propostas para o 2º ano do Primário, tanto para o primeiro quanto para o segundo semestre, continuam dando ênfase a prática de excursões, ao estudo da Geografia local e o uso didático do mapa, como podemos observar a seguir:

1º semestre - Reproduzir no tabuleiro de areia ou no quadro-negro os acidentes geográficos aprendidos nas excursões. Recapitular com a classe o estudo do mapa do Brasil e da sede escolar feito no 1º ano.

Collecionar vistas da localidade. Mandar um menino ensinar uma rua a outro. Traçar planta de trechos da localidade com indicação das ruas e edifícios conhecidos pelos alumnos. Excursões a essas ruas e edifícios.

2º semestre - O município com as suas povoações, acidentes geográficos, estradas de ferro, de rodagem, navegação fluvial e marítima, etc. Meios de transporte. Conhecimento, pelas excursões, das fabricas, usinas, fazendas de criação e arredores da localidade. Meio de vida dos habitantes **Nota:** - Na sala de aula deve haver o mapa do município. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 93 - 94).

Para além do que já foi evidenciado anteriormente, é destaque a reprodução de acidentes geográficos em tabuleiro de areia (CARVALHO, 1925; PROENÇA, s/d). Realizar excursões e depois reproduzir o que foi observado, por exemplo, em tabuleiro de areia, modelagem ou desenho se apresenta como eficiente recurso didático auxiliar tanto à Geografia quanto à cartografia.

As estampas também se mostravam como importantes, uma vez que através delas os alunos poderiam conhecer formas de relevo não existentes na localidade onde se situavam. Para Rosso (2019, p. 179), o uso do recurso imagético em sala de aula tinha “como objetivo estabelecer relações concretas entre a teoria e a realidade, tornando mais acessível o conhecimento do aluno”. Para Proença (s/d), os recursos didáticos - como o tabuleiro de areia e as estampas - devem ser entendidos como meios e não fins da educação. Assim, não se deveria gastar muito tempo com a execução de um recurso didático e nem exigir do(a) aluno(a) a perfeição, para não desvirtuar a finalidade do processo.

Para o primeiro semestre do 3º ano Primário, os exercícios de cartografia continuam em evidência, partindo para um aprofundamento do estudo do território paraibano, evidenciando sua natureza e riquezas:

1º semestre - Descobrir na carta da cidade a rua em que está o edificio da escola, o lugar da casa em que reside o menino e as ruas onde habitam seus parentes e conhecidos. Traçar no quadro-negro o contorno do Estado da Parahyba com os limites e fazer as crianças reproduzil-o nos cadernos. Ensinar o principal rio das duas vertentes. Os logares por eles banhados. Os affluentes. Os outros rios. As serras dos limites. As outras serras. As cidades, os meios de comunicação entre ellas. As villas. A costa: enseadas, portos, bahias. Estradas de ferro e de rodagem.

Nota: - A professora faz o desenho de cada licção, no quadro-negro, fala sobre a licção; os alunos copiam o desenho e tomam as necessarias notas. Na aula seguinte um alumno faz a licção com o respectivo desenho. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 104).

A partir da prescrição em tela entendemos que após os exercícios de observação direta propostos para as séries anteriores como a prática das excursões, se iniciam os exercícios de localização, a partir da carta da cidade e de representação a partir do desenho orientado (contorno do estado da Paraíba).

Para Carvalho (1925), a representação dos espaços deve se dá principalmente pelo desenho, pelo colorido e pela modelagem. No entanto, chama a atenção o fato da representação feita pela professora, no quadro negro, ser mais complexa para explicar a uma criança do que a representação horizontal feita sobre a mesa em papel quadriculado, por exemplo. O estudo dos elementos físicos de determinada localidade, bem como sua extensão territorial se faz necessário para a construção da identidade patriótica, uma ideologia nacional, tão reinvidicada naquele momento.

O segundo semestre do 3º ano primário segue com o estudo da Geografia local, enfatizando as atividades econômicas desenvolvidas no período no estado da Paraíba:

2º semestre - Recapitulação do 1.º semestre com o estudo dos municípios, produção, meios de transporte, exportação, riquezas mineraes, criação, vias de comunicação, commercio com os Estados visinhos e com a capital, madeiras de lei, construção, marcenaria, o pau Brasil, fructas, as seccas, obras contra as seccas, as nossas mattas, o juazeiro, a carnaúba, o gravatá, o chique-chique, o facheiro e a palmatoria, plantas medicinaes, o bicho da sêda e os outros insectos uteis, a lagarta rosada, o algodão, animaes das nossas mattas, população, superficie, etc. O vermelho do café. Localizar a Parahyba no mappa do Brasil. Traçar o contorno do mappa do Brasil. *O dia e a noite*. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 104, *grifos nossos*).

Destacamos aqui, o conteúdo “O dia e a noite”. Apesar de não ter orientações específicas de como ministrá-lo, se configura no que Carvalho (1925) chama de medida de tempo e se caracteriza pelos exercícios relativos ao conhecimento das horas, dos dias, das semanas, dos meses e do ano. Para ele:

As explicações relativas a esta parte do programma devem todas salientar as multiplas funções do Sol. O alumno deverá ser levado a constatar, por si mesmo, que o sol occupa no horizonte pontos diferentes e que cada uma destas posições corresponde a uma hora diferente e certas condições de luz e calor diferentes tambem. [...] O papel preponderante do sol na geographia deve ser posto em relevo ao detalhar as condições de calor e de frio, de humidade, de chuva ou secca, de dias claros ou encobertos. (CARVALHO, 1925, p. 52).

As prescrições de representações a partir do desenho orientado, das excursões/passeios para se estudar o território ou a Geografia local se mostram mais uma vez como esforços de superar o ensino pela memorização e listas de nomenclaturas contribuindo para um ensino de Geografia mais atrativo e dinâmico.

As prescrições e conteúdos para a Geografia no 4º ano primário se avolumam em quantidade e se debruçam sobre os aspectos físicos da Terra e do Brasil, como podemos ver a seguir nas recomendações para o primeiro semestre do curso:

1º semestre - Forma da Terra. Movimentos. Os oceanos. Os mares. As marés. Os continentes. As partes do mundo. O maior oceano. A maior parte do mundo (a Asia). A mais civilizada (a Europa). Portugal (ver no mappa onde fica situado). O Brasil. – Posição na America. Paizes limitrophes. Traçar o mappa. Superfície. População. Povos que emigram para o Brasil: italiano, portuguez, hespanhol, allemão, etc. *As maravilhas do Brasil: o rio Amazonas, as mattas do Amazonas, a bahia de Guanabara no Rio de Janeiro e a cachoeira de Paulo Affonso no rio S. Francisco.* Divisão politica do Brasil. A capital do paiz. Os Estados e suas capitaes. Os Estados centraes. Os marítimos. Os que formam o nordéste. Os banhados pelos grandes rios. *Viagens simuladas nesses rios. Os maiores: o Amazonas com suas mattas e seringaes para onde ia grande numero de sertanejos do nordeste á procura de trabalho nos tempos em que a borracha estava valorizada; Matto Grosso que tem immensos campos de criação. Os menores que a Parahyba: Rio Grande do Norte, Alagôas, Sergipe, Espirito Santo, Rio de Janeiro. Os que têm maior costa (Pará e Bahia). O que tem a menor costa (Piauhy).* Fazer os alumnos dizerem com promptidão a capital de cada Estado. Perguntar entre que Estado fica um outro. Qual o Estado que fica entre o Rio Grande do Norte e Pernambuco? Os que ficam entre o Espirito Santo e Parahyba? *Fazer viagens simuladas para o norte e para o sul, tocando nos portos.* Nem todos os navios tocam em todos os portos.

Os transatlânticos (cidades fluctuantes) não atracam em Cabedello. São navios de grande calado. Para ir da Parahyba ao Rio em transatlântico é preciso tomar o vapor em Recife. Esses navios saem de Recife, tocam na Bahia e no Rio. A viagem é feita em 3 ou 5 dias. Os navios do Lloyd Nacional os “Ita” e os “Ara” que fazem as viagens regularmente entre os portos do Brasil e os paizes estrangeiros. Esses, além de tocarem nos grandes portos também atracam nos menos importantes. Estudar o oceano que banha o Brasil. Colleccionar vistas dos Estados. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 113 – 114, *grifos nossos*).

O primeiro grifo destaca que o conteúdo prescrito para o primeiro semestre do 4º ano primário inicia dando sequência ao conteúdo final do 3º ano (O dia e a noite). Este fato coaduna com a orientação de Carvalho (1925), que salientamos anteriormente sobre os exercícios de medida de tempo, ao frisar que só com esta base (dia e noite, as horas, os meses, o papel do sol), que o aluno conseguirá compreender mais adiante sobre o sistema solar e sobre o planeta Terra.

Mesmo os conteúdos que privilegiam as temáticas físicas da Geografia se sobressaindo nas prescrições do Programa para o primeiro semestre desta série, podemos observar que há uma associação destes com temáticas sobre a sociedade e a economia, o que confirma o fato de que o fator humano é o eixo de uma nova orientação posta para o ensino de Geografia, bem como uma tentativa de superar um conhecimento dicotômico (físico x humano) e fragmentado da disciplina.

É visível também a partir dos trechos grifados, a exaltação do território e da natureza brasileira, o que nos faz concordar com Souza (2008, p. 68) que apesar da renovação da disciplina Geografia nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente na década de 1930, “uma das principais finalidades da matéria continuava a ser a formação cívica e moral do povo e a melhoria da nação brasileira.”

Destacamos ainda a prescrição metodológica de viagens simuladas. Segundo Rosso (2019, p. 179) estas são versões complementares das excursões em que “mediadas pelo professor as crianças fariam uma exploração criativa dos lugares evidenciados pela disciplina ou mesmo ilustrariam o conteúdo apreendido com experiências sobre ambientes ou situações já vividas.” O exercício da imaginação ganha destaque uma vez que nem tudo dá para ver (PROENÇA, s/d), sendo preciso assim imaginar. Tal exercício auxilia também em fazer o aluno entender que existe algo “além do horizonte”. Em outro trabalho (DIAS, 2013), elucidamos que uma das estratégias viáveis para simular viagens se dava por meio das lições de dramatização.

O segundo semestre do 4º ano primário dá ênfase às temáticas econômicas relacionadas aos aspectos físicos das localidades:

2º semestre - Recapitulação dos Estados. Portos de grande commercio:

S. Paulo – O porto de Santos cujo principal produto de exportação é o café. Importam café de Santos: os Estados Unidos, Allemanha, França, Belgica, Hollanda, Argentina. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro na bahia de Guanabara.

Porto muito movimentado. Capital do paiz. Cidade linda. Vistas da cidade. Bahia – O porto de S. Salvador. Exportação. Cacau, fumo. Rio Grande do Sul – Portos commerciantes: Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Exportação de carne. Pernambuco – Recife, porto de grande exportação de assucar. Amazonas – Manáos sobre o rio Amazonas. Exportação de borracha. Espirito Santo – Victoria, porto principal do Estado. Paraná – Paranaguá, porto. Exporta matte e madeiras (pinho). Estudar os outros portos. O porto de Cabedello cujo principal producto de exportado é o algodão. Exporta directamente para diversas praças estrangeiras: Hamburgo, Liverpool, Amsterdam, e tambem para o sul do paiz como: S. Paulo, Rio, etc. Os rios mais importantes das três vertentes. (Amazonas, Tocantins, S. Francisco, Paraná, Paraguay, Uruguay). As serras do norte do Brasil. As que separam as vertentes e as mais elevadas. A costa com seus accidentes. Linhas de navegação do Brasil com os diversos paizes da Europa, com a America do Norte e do Sul. Estudal-as no mappa. Superficie e população do Brasil. Produccões nos três reinos da natureza. Clima. Estações. Traçar em cada licção o mappa e collocar os accidentes estudados. Importação e exportação. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 114 - 115).

Os assuntos que permeiam a esfera econômica das localidades, os meios de transporte, comunicação e comércio são importantes, uma vez que evidenciam a trajetória histórica do homem no planeta (PROENÇA, s/d). Para o autor:

O valor do conhecimento de um rio, cabo, cidade, estaria na relação que tivessem com o elemento humano e não em si mesmos. Assim, um rio, uma montanha ou um lugar devem, antes de tudo, ser estudados porque afetam as condições da vida humana. As indústrias, o comércio e os meios de comunicação serão assim postos em evidência nas suas relações de dependência com o meio físico. (PROENÇA, s/d *apud* SANTOS, 2005, p. 63).

Seguindo a mesma linha de conteúdos, prosseguem as prescrições para o 1º semestre do 5º ano primário:

1º semestre - Recapitulação da divisão política do Brasil estudada no 4.º anno. População e superficie. Estudo mais desenvolvido da costa. As dunas do Rio Grande do Norte. Os mangues. Os recifes. As praias de banho. Os pharões. Os cabos. As ilhas. Meios de vida dos habitantes da costa. Os portos mais importantes. Santos: - no Estado de S. Paulo que exporta café em grande escala para os Estados Unidos, Allemanha, França, Belgica, Hollanda, Argentina, etc. O porto de Santos é um dos de maior commercio do Brasil. Além do café tambem exporta tecidos, algodão em rama, carnes, frios, fructas, etc. Importa machinas, trigo, produtos de ferro e aço. Rio de Janeiro no Estado do Rio, porto de grande na baia de Guanabara, a maior da America do Sul.

Cidade muito linda admirada por todos os visitantes de paizes estrangeiros, pelas suas belezas naturaes e as obras d'arte que lhe fazem rivalizar com as mais bellas do mundo. Porto de grande movimento. Escala para os navios nacionaes e estrangeiros. Exporta carnes, banhas, couros, assucar, café, farinha de mandioca, etc. Desse porto saem estradas de ferro para o interior e outros Estados. A estrada de ferro central. Os outros ramaes. Importa carvão, para alimentar suas fabricas, materias primas, machinas, etc. O porto de S. Salvador no Estado da Bahia. Grande exportador de cacáu, fumo, assucar, etc. Os rios navegaveis: Paraguassú, Jacuipe, Jaguaribe e suas estradas de ferro põem a Bahia em communicação com o interior. Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre portos commerciantes no Estado. Exportação de carnes, manteiga, queijo. Cultura de fructas européas. Recife em Pernambuco porto de grande movimento comercial e de passageiros. Importante centro de importação e exportação. E' frequentado pelos navios de grande calado além dos menores e dos cargueiros. Tem linha de navegação directa para os grandes centros commerciaes europeus. Seu principal producto de exportação é o assucar. Manáos porto sobre o rio Amazonas. Tem um caes fluctuante onde atracam navios de carga, de passageiros e até transatlânticos. Exporta borracha, castanhas, cacáu, etc. Paranaguá porto de Paraná. Grande movimento. Exporta matte, madeiras e principalmente o pinho. Estudar outros portos do Brasil. – O porto de Cabedello cuja principal exportação é o algodão. Exporta directamente esse producto para diversas praças estrangeiras como Hamburgo, Liverpool, Amsterdam, etc. e para as praças do sul do paiz como S. Paulo, etc. Mappa do Brasil com os Estados e os portos, feito no caderno. Commercio externo – Productos brasileiros que vão para o estrangeiro: café, algodão, fructas, castanhas, madeiras, fumo, etc. Productos estrangeiros que vêm para o Brasil: bacalhau, tecidos, trigo, machinas, productos de ferro e aço, perfumes, louças, vidros, automoveis, etc. Commercio interno – As estradas de ferro, as de rodagem e a navegação costeira muito têm concorrido para o desenvolvimento do commercio interno. As trocas dos productos entre os Estados. Os navios carregados de algodão, sal, fructas, borracha, peixes, etc. que vão para o sul. Os que vêm do sul carregados de farinha de trigo, uvas, maçãs, manteiga, queijo, carnes, matte, madeiras, tecidos, etc. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 123 - 125).

Na proposição de conteúdo para o referido semestre se destacam para além dos aspectos físicos e atividades comerciais, as relações internas e externas estabelecidas por estas. Salientamos então, que este rol de conteúdos mostra o quanto o conhecimento geográfico se mostrava imprescindível diante das relações de intercâmbio estabelecidas entre as distintas localidades de um mesmo país ou entre distintos países. Isto expressa o contexto da época, quando “àquela época a urbanização e industrialização (especialmente de São Paulo) estavam se desenvolvendo cada vez mais, com a conseqüente necessidade de escoamento da produção agrícola e da circulação de pessoas para os centros urbanos.” (SANTOS, 2005, p. 40).

A proposição de conteúdos para o 2º semestre mostra-se como uma sequência do 1º semestre, como podemos observar a seguir:

2º semestre - Hydrographia – Os rios mais importantes das três vertentes. O Amazonas por onde se faz todo o commercio do Amazonas, Matto Grosso, etc. O S. Francisco – Estrada natural da Bahia para o planalto mineiro. Rios perennes e temporarios. Viagens simuladas pelos rios navegaveis. As cachoeiras. Como são representadas nos mappas. Aproveitamento das quedas d’agua como força motora. Em Minas, S. Paulo, Rio de Janeiro, etc. Paulo Affonso, Sete Quedas, Iguarassú. Os moinhos antigos. As planicies. Orographia – As serras que separam as vertentes. Outras serras importantes. Os planaltos. A serra mais alta. Estas lições devem ser feitas no mappa, nos cadernos. A professora traça o mappa na pedra, coloca as serras ou rios, etc; os alunos reproduzem o desenho nos cadernos, acompanhado das respectivas notas. Na aula seguinte o alumno chamado fará o desenho na pedra collocando elle mesmo ou outro colega os accidentes. Riquezas mineraes: Ouro – Varios pontos do Estado de Minas Geraes, Rio Grande do Sul. Ferro – Minas, Paraná, Santa Catharina, S. Paulo, Goyaz, Matto Grosso. Maganez – Minas, S. Catharina. Chumbo – S. Paulo, Minas, S. Catharina. Carvão de pedra – S. Paulo, Paraná, S. Catharina e Rio Grande do Sul. Outros mineares. Pedras preciosas – turmalinas, saphiras, granadas, topasios, diamantes em Minas. Na Bahia há tambem diamantes. Excursão a uma mina, sendo possível. Descrever uma mina. O trabalho dos mineiros. Comunicação entre a superficie da terra e o interior da mina. Perigo a que se expõem os mineiros. Explosão. Meios de transporte dentro da mina. Arejamento, etc. Meios de comunicação entre os Estados do Brasil. Produções do reino vegetal – Plantas do norte, do sul, do centro, do nordéste do Brasil. A carnaúba. No reino animal – Criação de gado nos Estados. Outros animaes das nossas mattas. Animaes uteis e nocivos. Os jacarés. As tartarugas. O pirarucú. Os peixes d’agua salgada e dôce. As aves. O yapurú do Amazonas. O sabiá das nossas mattas. A seriema dos sertões paraybanos. Clima nos diferentes Estados. *Ligeiro estudo sobre a America – Paizes. Montanhas. Rios. Mares, etc. Estudo comparativo do clima dos diversos paizes.* Relações entre os paizes da America e o Brasil Traçar o mappa da America collocando nelle o Brasil. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 125 - 126).

Para além da ênfase dos aspectos físicos e dimensões territoriais do Brasil, destacamos aqui a prescrição para um ligeiro estudo da América e do comparativo entre os climas dos diversos países. Sobre isto, Carvalho (1925, p. 49) elucida:

[...] conhecido o territorio nacional, os demais paizes devem ser objeto apenas de descrições comparativas, mais ou menos summarias, ficando o nosso como unidade que serve de medida e de ponto de referencia. Expostas as idéas da geographia geral, os diferentes continentes são passados em revista como exemplos de applicações destas linhas geraes.

Em tal elucidação podemos observar mais uma estratégia para o fortalecimento do sentimento nacional nos alunos, a partir de uma seleção de conhecimentos de acordo com o maior ou menor interesse dos alunos. Ou seja, em um momento que emergia a necessidade de se formar uma pátria forte, seria necessário colocar o estudo de tal como mais relevante do que qualquer outro.

Diferentemente do conteúdo prescrito para o 4º e 5º ano primário, o conteúdo de Geografia para o 6º ano se apresenta mais enxuto em termos de quantidade. Assim, para o 1º e 2º semestre fica estabelecido:

1º semestre - Recapitular e desenvolver o estudo do Brasil feito no 5.º anno. Estudo da America, mais desenvolvido. Os cinco oceanos. Seus movimentos. Movimentos da Terra. Zonas e circulos terrestres. Fórma da Terra. Rosa dos ventos. Horizonte. Ensinar a lêr as distancias dos logares pela escala da carta. Mappa do Brasil e da America. A Parahyba – seu governo, limites, zonas em que está dividida. Producções do reino vegetal, animal e mineral. A costa com os accidentes. O porto de Cabedello. As enseadas e a Bahia da Traição. População e superficie. Traçar o mappa da Parahyba com as lições estudadas.

2º semestre - Continuar o estudo da Parahyba. Cidades, meios de comunicação entre ellas e as villas. Municipios producções principaes de cada um delles. Meios de comunicação no Estado. Rios e serras. Estradas de ferro e de rodagem. Curiosidades do Estado. Mappa da Parahyba estudando cada uma das lições. Ligeiro estudo sobre a Europa, Asia, Africa e Oceania. Viagens simuladas a essas partes. Relações entre ellas e o Brasil. Viagens de circumnavegação. Clima. Animaes e vegetaes das diversas regiões, etc. (REVISTA DO ENSINO, nº 2, 1932, p. 135 -136).

Os conteúdos prescritos para esta série estão agrupados em sua maioria no estudo da Geografia local, partindo do mais imediato e concreto - a Paraíba – para o abstrato – outras localidades do Brasil. As viagens simuladas e os mapas são destaque como recursos didáticos para este estudo – o que mostra que a cartografia não deveria ser exercitada sem o exercício prévio da observação, mesmo que de forma simulada ou através da imaginação.

Vemos assim uma Geografia que associada ao caráter prático proposto pelo ensino ativo, permite ao aluno experiências, a partir do contato direto com o meio, seja através das excursões ou atrelado ao recurso da imaginação – viagens simuladas – que permitiria a este entrar em contato com locais distantes que não poderia conhecer senão através dos livros.

O Programa de 1932 vigorou até o ano de 1935, quando foi promulgada a Reforma do Ensino Primário, na Paraíba. A seguir apresentaremos as prescrições para o Programa de Ensino de Geografia (1936), publicadas na *Revista do Ensino* (PB), após a Reforma do Ensino Primário.

O Programa de Ensino de Geografia (1936)

O Programa estabelecido para a disciplina Geografia no ano de 1936 não traz tantas mudanças significativas em relação aos conteúdos, muitas das ementas repetem o que foi posto no documento já apresentado anteriormente (1932). Sendo assim, iremos tratar aqui a Geografia a partir das séries que sofreram alterações (1º e 2º ano elementar - junção de História e Geografia como uma única disciplina) e as que foram acrescentadas (1º e 2º ano complementar).

Diferente do documento anterior, o Programa de 1936 não traz uma divisão dos conteúdos e prescrições metodológicas por semestre, ficando assim estabelecido para o 1º ano primário:

1º ano - Historia do Brasil e Geographia - *A professora conversará com os alunos sobre o seguinte: A casa, o nome da escola e da localidade. Visita á algumas ruínas e ás cousas antigas existentes no logar ou nos museus. Explicação dos nomes das principaes ruas e praças. Lado direito e esquerdo. A sala de aula, sua posição relativamente aos lados dos predios. Comprimento, largura e altura. Parte anterior e posterior do predio. Pontos cardiaes. Orientação. Ruas e praças que limitam a séde escolar. Medir a palmos o tampo da carteira. Levar os alunos a um ponto de onde possa mostrar a direcção do rio principal, da estrada de ferro, das de rodagem e dos municípios visinhos. Excursões ás uzinas, fazendas, etc. (REVISTA DO ENSINO, nº 13, 1936, p. 63, grifos nossos).*

A partir do exposto, vemos que o princípio da aprendizagem continua sendo os círculos concêntricos – partindo do mais próximo da criança para o mais distante, e uma sobreposição dos conteúdos da Geografia sobre os conteúdos da História. Estes últimos se limitam as visitas (excursões) às ruínas e aos museus e a aprendizagem dos nomes das principais localidades do município.

O início da proposta que enfatiza a casa, a escola e a localidade onde está inserida, como destaca o grifo, consiste no que Carvalho (1925) denomina primeiras ideias de orientação para que o(a) aluno(a) possa reconhecer a posição das coisas que lhe são mais imediatas. Para ele “antes de se orientar no quarteirão, a criança tem que se orientar em sua própria casa. Fez assim obra de geographo, com factos aliás, estranhos á geographia.” (CARVALHO, 1925, p. 56).

Os exercícios de localização e cartografia diminuem significativamente, tendo destaque para as noções de lateralidade, orientação sobre a situação da sala de aula na escola e a medição da carteira a palmos, o que poderia proporcionar noções de escala, observação e interpretação do espaço imediato dos alunos.

Para o 2º ano primário fica posto:

2º ano – Historia do Brasil e Geographia - *Historietas e versinhos que se relacionem com a nossa historia. Nomes dos logares visinhos á sede. Modernos e antigos meios de transporte. Collecionar quadros, postaes e vistas da localidade antiga e actual. Conhecer as autoridades do logar. O governador do Estado. Começar os exercícos de cartographia desenhando a sede da escola com duas ou três ruas, as estradas de ferro, e de rodagem que vão ás localidades visinhas. Levar os alumnos aos principaes bairros da cidade. Ensinar os edificios publicos, a utilidade dos correios, dos telegraphos, pharmacias, lojas, mercearias, praças, etc. As escolas, as igrejas. A residencia das autoridades. Nomes das cidades mais proximas. Meios de transportes usados na localidade. Feiras. O professor desenhe o contorno do Brasil e o de cada Estado. Em seguida recorte cada Estado com o nome, em outro papel. Reuna os alunos em torno da mesa e mande que um menino tire o maior Estado. Escolhido este, passe o alumno cola ao redor e o coloque no mappa desenhado. A professora dirá então algumas particularidades interessantes. Ex.: do Amazonas: Tem o maior rio do mundo onde ha uma flôr tão grande, chamada Victoria Régia, que accomoda uma criança, sentada em cima. Fazer no taboleiro de areia os accidentes geographicos conhecidos nas excursões ou desenhal-os no quadro-negro. (REVISTA DO ENSINO, nº 13, 1936, p. 70).*

No grifo em destaque, percebemos um forte apelo ao caráter cívico da história local, evidenciando autoridades e a política estadual. A abordagem metodológica se dá por meio de historietas e contos – certamente que enaltecem os heróis locais e nacionais – e recursos que permitem a comparação entre o antigo e o moderno/atual – como os postais.

Para a Geografia é interessante frisar que as prescrições e conteúdos para o 2º ano primário são os mesmos referentes ao segundo semestre do 1º ano, no Programa de 1932. Este fato se repete em outras séries, como no 3º ano que tem equivalência aos conteúdos e prescrições do 2º ano no Programa de 1932:

3º ano – Geographia - Reproduzir no taboleiro de areia ou no quadro-negro os accidentes geographicos aprendidos nas excursões. Recapitular com a classe o estudo do mappa do Brasil e da séde escolar no 2º anno. Collecionar vistas da localidade. Mandar um menino ensinar uma rua a outro. Traçar planta de trechos da localidade com indicação das ruas e edificios conhecidos dos alumnos. Excursões a essas ruas e edificios. O município com as suas povoações, accidentes geographicos, estradas de ferro, de rodagem, navegação fluvial e maritima, etc. Meios de transporte. Conhecimento, pelas excursões, das fabricas, usinas, fazendas de criação e arredores da localidade. Meio de vida dos habitantes. (REVISTA DO ENSINO, nº 13, 1936, p. 74).

O 4º ano faz uma junção dos conteúdos e prescrições referentes ao primeiro semestre de 3º ano e primeiro e segundo semestre do 4º ano de 1932:

4º ano – Geographia - Descobrir na carta da cidade a rua em que está o edifício da escola, o lugar da casa em que reside o menino, e as ruas onde habitam seus parentes e conhecidos. Traçar no quadro-negro o contorno do Estado da Parahyba com os limites e fazer as crianças reproduzirem-no nos cadernos. Ensinar os principais rios das duas vertentes. Os logares por eles banhados. Os afluentes. Os outros rios. As serras dos limites. As outras serras. As cidades, os meios de comunicação entre ellas. As villas. A costa: enseadas, portos, bahias. Estradas de ferro e de rodagem. NOTA: - A professora faz o desenho de cada lição, no quadro-negro, fala sobre a lição; os alunos copiam o desenho e tomam as necessarias notas. Na aula seguinte um alumno faz a lição com o respectivo desenho. Forma da Terra. Movimentos. Os oceanos. Os mares. As marés. Os continentes. As partes do mundo. O maior oceano. A maior parte do mundo (a Asia). A mais civilizada (a Europa). Portugal (vêr no mappa onde fica situado). O Brasil. – Posição na America. Paizes limitrophes. Traçar o mappa. Superfície. População. Povos que emigram para o Brasil: italiano, portuguez, hespanhol, allemão, etc. As maravilhas do Brasil: o rio Amazonas, as mattas do Amazonas, a bahia de Guanabara no Rio de Janeiro e a cachoeira de Paulo Affonso no Rio S. Francisco. Divisão politica do Brasil. A capital do paiz. Os Estados e suas capitães. Os Estados centraes. Os maritimos. Os que formam o nordeste. Os banhados pelos grandes rios. Viagens simuladas nesses rios. Os maiores: o Amazonas com suas mattas e seringaes para onde ia grande numero de sertanejos do nordeste á procura de trabalho nos tempos em que a borracha estava valorizada; Matto Grosso que tem immensos campos de criação. Os menores que a Parahyba: Rio Grande do Norte, Alagôas, Sergipe, Espirito Santo, Rio de Janeiro. Os que têm maior costa (Pará e Bahia). O que tem a menor costa (Piauhy). Portos de grande commercio: S. Paulo – O porto de Santos cujo principal producto de exportação é o café. Importam café de Santos: os Estados Unidos, Allemanha, França, Belgica, Hollanda, Argentina. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro na bahia de Guanabara. Porto muito movimentado. Capital do paiz. Cidade linda. Vistas da cidade. Bahia – O porto de S. Salvador. Exportação. Cacau, fumo. Rio Grande do Sul – Portos comerciantes: Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Exportação de carne. Pernambuco – Recife, porto de grande exportação de assucar. Amazonas – Manaós sobre o rio Amazonas. Exportação de borracha. Espirito Santo – Victoria, principal porto do Estado. (pinho). Paraná – Paranaguá, porto. Exporta matte e madeiras. Estudar os outros portos. O porto de Cabedello cujo principal producto exportado é o algodão. Exporta directamente para diversas praças estrangeiras: Hamburgo, Liverpool, Amsterdam, e tambem para o sul do paiz como: S. Paulo, Rio, etc. Os rios mais importantes das três vertentes. (Amazonas, Tocantins, S. Francisco, Paraná, Paraguay, Uruguay). As serras do norte do Brasil. As quaes separam as vertentes e as mais elevadas. A costa com os seus accidentes. Linhas de navegação do Brasil com os diversos paizes da

Europa, com a America do Norte e do Sul. Estudal-as no mappa. Superficie e população do Brasil. Producção dos três reinos da natureza. Clima. Estações. Traçar cada lição no mappa e colocar os acidentes estudados. Importação e exportação. (REVISTA DO ENSINO, nº 14, 1936, p. 96 - 98).

Com esses “ajustes”, o que fica prescrito para o 5º ano em 1936 é o mesmo já prescrito em 1932, com o acréscimo da seguinte orientação: “Questionarios para serem respondidos pelos alumnos sobre o assumpto estudado.” (REVISTA DO ENSINO, nº 14, 1936, p. 103). A proposta de um exercício do conteúdo a partir de questionários (perguntas e respostas), se mostra mais uma tentativa de tornar o ensino de Geografia mais atrativo e menos tradicional. Para Ferreira (2017), neste período, os exercícios eram indicados como um novo método de ensino para a escola como um todo e que, para a Geografia, sua presença representou a busca de inovações metodológicas destinadas ao Ensino Primário.

Com a implantação do nível de Ensino Primário Complementar, os conteúdos e as prescrições estabelecidas para o 1º ano complementar são os equivalentes ao 6º ano (1932). Já para o 2º ano complementar, fica estabelecido:

2º ano complementar – Geographia - Principaes denominações dadas aos accidentes geographicos. As partes do mundo. Os continentes. Forma da terra. Principaes movimentos da terra. Eixo. Polos. Equador. Parallelos. Tropicos. Circulos polares. Astros. Planetas. O Cruzeiro do Sul. Pontos cardeaes e collateraes. Orientação pelo nascer e pelo pôr do sol, pelo cruzeiro do sul e pela bussola. Principaes accidentes da geografia physica dos continentes. Raças. Paizes. Govêrno. Paizes da America do Sul e suas capitaes. Paizes da America do Norte e suas capitaes. Paizes da America Central e suas capitaes. Paizes da Europa e suas capitaes. Paizes soberanos da Asia e da Africa e suas respectivas capitaes. Limites, bahias, portos, serras, rios e lagos principaes do Brasil. O Brasil: seu governo, população, raça e lingua. Estados do Brasil e suas capitaes. O Acre. O Districto Federal e sua população. (REVISTA DO ENSINO, nº 14, 1936, p. 109 – 110).

Na ementa exposta acima, percebemos que os conteúdos abordam questões de uma Geografia mais geral, enfatizando os elementos físicos e políticos a partir de duas escalas geográficas: o mundo e seus recortes regionais. Isto se remete a uma Geografia de bases clássicas, o que constitui em mais permanências, mesmo em um momento de reforma de programas de ensino, mas como se pode observar uma reforma que se alinha a perspectivas mais conservadoras de educação.

Quanto a distribuição dos conteúdos observamos o mesmo padrão do Programa anterior, ou seja, uma hierarquização em que estes se iniciam a partir do mais imediato para os alunos (a casa, a escola etc.) e vai se distanciando gradualmente (o município, os municípios vizinhos etc.).

Para os primeiros anos do Ensino Primário percebemos também uma série de recomendações aos professores(as) como conversas, procedimentos de observação e

orientação e a realização de excursões escolares. Para Lima (2015), as excursões não tinham por finalidade apenas transportar os(as) alunos(as) a novos campos de observação, mas se configuravam como instrumentos de articulação entre a escola e o meio social.

Nos anos finais, especialmente no ensino complementar, quase não há recomendações a serem seguidas pelo(a)s professores(as) e os conteúdos já não partem mais do imediato do(a) aluno(a). No caso específico da Geografia, temos uma abordagem mais geral desta disciplina, com forte apelo aos aspectos físicos e naturais, valorizando a extensão territorial, elementos importantes para a forma de governo que estava se constituindo na época, com caráter cada vez mais nacionalista e ditatorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Geografia escolar prescrita para os(as) professores(as) paraibanos na década de 1930 tendo como fonte de pesquisa a *Revista do Ensino* (PB), nos permitiu compreender este periódico como veículo difusor de ideias pedagógicas modernizadoras – propagadas pela Escola Nova - articuladas ao projeto de nação que se almejava no período estudado. Nesse contexto, a Geografia escolar, que passava por uma reorientação moderna em sua base-teórica, bem como por seu caráter nacionalista, se mostrou como disciplina fundamental aos programas escolares da época.

Entretanto, em meio às proposições modernas de um ensino de caráter prático para a Geografia, algumas prescrições mnemônicas persistiam. Como por exemplo, o traçar no quadro-negro o contorno do estado da Paraíba com os limites e fazer as crianças reproduzi-los nos cadernos ou ainda, ensinar os nomes do principal rio das duas vertentes e seus afluentes. Proposições assim se configuram como permanências e nos fazem entender que apesar da proposta inovadora de ensino não havia uma ruptura total em relação às práticas.

Os conteúdos apresentados, apesar da abordagem inovadora a partir de excursões, viagens simuladas, recursos didáticos como os tabuleiros e areia, ainda se mostram como conservadores, principalmente, por reivindicarem um nacionalismo e o sentimento patriótico, elementos indispensáveis para a construção de nação nos moldes que o governo da época desejava.

As prescrições didáticas aqui analisadas a partir do Programa de Ensino Primário de 1932 comungavam com as prescrições escolanovistas e, dessa forma, com os autores que se preocupavam com as formas de ensinar Geografia, como é o caso de Delgado de Carvalho. Já as prescrições do Programa de Ensino Primário de 1936, observamos que as prescrições passam a ser carregadas de um alto teor de civismo.

Dessa forma, a disciplina Geografia vai sendo delineada e assumindo novas finalidades, no sentido utilizado por Chervel (1990) a partir dos interesses e contextos políticos em que está inserida. O caráter nacionalista, apesar de se apresentar desde o Programa de 1932, vai ganhando espaço e força, ao passo que o Estado Novo se consolida. Mesmo a abordagem didática sendo proposta por inovações, vai apresentando um tom mais conservador para esta disciplina escolar.

A pesquisa através de fontes externas ao campo exclusivamente geográfico, como o caso dos periódicos pedagógicos, tem se mostrado relevante, uma vez que estes materiais nos ajudam a entender a história de uma disciplina que já se constituía nos programas escolares mesmo antes de sua institucionalização acadêmica.

NOTAS

3 O autor se refere aqui ao ensino secundário, nomenclatura utilizada entre os anos de 1897 a 1971 (PESSANHA, ASSIS e SILVA, 2017) e que correspondia ao atual nível de Ensino Médio.

4 As citações aqui apresentadas conservam sua forma original de escrita.

5 Mesmo antes da Reforma do Ensino Primário na Paraíba estabelecida no ano de 1935, a Diretoria do Ensino Primário estabeleceu programas de ensino no ano de 1932. Após a Reforma, estes foram reorganizados no ano de 1936.

6 Nesse jornal, a partir de então, foi criada a coluna Escola Nova destinada a divulgar as ideias deste movimento renovador. Esta coluna permaneceu no jornal entre os meses de abril a agosto de 1931.

7 A partir da segunda década do século XX os estados brasileiros começaram a instalar cursos complementares em continuação ao primário, destinados a funcionar como curso geral básico, de preparação para a escola normal, justapondo-se paralelamente ao secundário. O curso complementar funcionava como uma espécie de primário superior, preliminar à escola normal, de duração, conteúdo e regime de ensino interiores ao secundário. A criação do curso complementar estabelecia um elo entre a escola primária e a normal e o ingresso na última passava a exigir maiores requisitos de formação. (TANURI, 2000).

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, Azilde L. **O Governo Vargas e o Equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova**. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_era_vargas_intro.html > Acesso em: Dez./2019.

ANÍSIO, Pedro. **Tratado de Pedagogia**. 5 ed., Rio de Janeiro: Organização Simões Ltda, 1955. (Coleção Padre Nóbrega).

AZEVÊDO, Shirley Regina. **O progresso educacional na Paraíba: o Instituto de Educação (1935-1939)**. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BASSAN, Valdi José. **Como interessar a criança na escola: a noção dos centros de interesse em Decroly**. Coimbra, Livraria Almedina, 1978.

BISERRA, Ingrid Karla C. **“Conselhos e instruções a ti, professor”**: a imprensa pedagógica da Paraíba como lugar de atuação e formação docente em torno das ideias renovadoras (1919 – 1942). 2019. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2019.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Methodologia do Ensino Geographico**. Petropolis: Typographia das Vozes de Petropolis, 1925.

CHAHIN, Samira Bueno. **Cidade Nova, Novas Escolas?** Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília. 244 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo: 2018.

CHAVES, Mirian Waidenfeld. **A Educação Integral e o Sistema Platoon: a experimentação de uma nova proposta pedagógica no antigo Distrito Federal nos anos 30**. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0748.pdf>> Acesso em: Mar./2021.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, v. 2, p. 177 -229, 1990.

DIAS, Angélica Mara de Lima. **Linguagens lúdicas como estratégia metodológica para a Geografia escolar na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935)**. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

DUBREUCQ, Francine. **Jean-Ovide Decroly**. [Tradução de Carlos Alberto Vieira Coelho, Jason Ferreira Mafra, Lutgardes Costa Freire, Denise Henrique Mafra]. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. [Coleção Educadores] Disponível em: <https://dominiopublico.io/Francine-Dubreucq/Jean-Ovide-Decroly/> Acesso em: Mar./2021.

FERREIRA, Joseane Abílio de Souza. **Os Exercícios nos Livros Didáticos de Geografia Destinados ao Ensino Primário no Brasil: uma discussão metodológica (1880 – 1930)**. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e ensino de história**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

FREIRE, Evelyane Nathaly Cavalcanti de Luna. **A Escola Nova e a Modernização do Ensino Primário na Paraíba: a formação de professores e os grupos escolares (1930 - 1946)**. 2016. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

HAMDAN, Juliana Cesário. Firmino da Costa na Revista do Ensino: do método intuitivo à escola ativa. In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson. (orgs.). **Histórias de Práticas Educativas**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Genealogia da Escola Nova no Brasil. **Educação em Foco**. Juiz de Fora, 2002. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/apresentacao-revista-educacao-em-foco/edicoes-anteriores-2/ano-2002/historia-da-educacao-setembro-2002fev-2003/>>. Acesso em: Mar./2021.

KULESZA, Wojciech Andrzej. José Baptista de Mello e a Reforma da Educação na Paraíba. In: MIGUEL, Maria Elisabeth Blank; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza. (orgs.). **Reformas Educacionais: as manifestações da Escola Nova**

no Brasil (1920 a 1946). Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2011. (Coleção memória da educação).

KULESZA, Wojciech Andrzej. Educação e Política na Paraíba (1930-1945). In: VI Encontro Norte e Nordeste de História da Educação, Natal. **Anais...** 2016, v. 1. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/>>. Acesso em: Mar./2021.

LACOSTE, Yves. **A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. **Cultura Escolar do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello: o espaço de reinvenção e disseminação de novas práticas educacionais (1932-1950)**. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. **Introdução ao estudo da escola nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea**. 14 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do Ensino Primário na Paraíba**. 3 ed. João Pessoa: SEC, 1996.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados, São Paulo: Universidade de São Francisco, 2002.

PINHEIRO, Lúcia Marques. A Homogeneização de Classes na Escola Primária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, n.º 34, v. XII, p. 82 – 139, 1948. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/130768>> Acesso em: Mar./2021.

PROENÇA, Antônio Firmino. **Como se ensina Geografia**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno I, n. 2, julho. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1932.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno III, n. 11, dezembro. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno IV, n. 12, maio. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno IV, n. 13, setembro. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936.

REVISTA DO ENSINO, Orgam da Directoria do Ensino Primário, anno IV, n. 14, dezembro. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936.

ROSA, Josineide. **Os Interesses e Ideologias que nortearam as Políticas Públicas na Educação no Governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo**. 351 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, UFES: Espírito Santo, 2008.

ROSSO, Graziela Pavei Peruch. **Representações do Departamento de Educação sobre a Escola Nova e o Habitus Pedagógico dos Professores dos Grupos Escolares Catarinenses (1935-1946)**. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós –

Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2019.
SANTOS, Theobaldo Miranda. **Metodologia do Ensino Primário**. 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

SILVA, Evelyanne Nathaly C. Araújo; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Educação física e o teatro infantil na Paraíba: corpo e a mente para a pátria cívica (1937 – 1945). In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.11.pdf> Acesso em: Mar./2021.

SILVA, Evelyanne Nathaly C. Araújo; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Implementação e expansão de instituições auxiliares do ensino nos grupos escolares paraibanos durante o estado novo (1937-1945). In: Congresso Brasileiro de História da Educação no Brasil, 2013, Mato Grosso. **Anais eletrônicos...** Mato Grosso: UFMT, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/IMPLEMENTACAO%20E%20EXPANSAO%20DE%20INSTITUICOES%20AUXILIARES.pdf>>. Acesso em: Mar./2021.

SILVA, Rosana Nogueira. **O movimento educacional escolanovista e a geografia como disciplina escolar** – permanências e mudanças. 82f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: o ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de.; FARIA FILHO, Luciano Mendes. A contribuição dos estudos sobre os grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006. p. 21-56.